

Consentimento para tratamento de dados pessoais (Segurança Social)

DSAE Direção de Serviços de Apoio ao Estudante

Na sua relação com os estudantes, o Estado assegura a existência de um sistema de ação social escolar que favoreça o acesso ao ensino superior e a prática de uma frequência bem sucedida, com discriminação positiva dos estudantes economicamente carenciados com adequado aproveitamento escolar, concedendo-lhes designadamente no âmbito do sistema de ação social escolar, e na modalidade de apoio social direto, bolsas de estudo, cf. artigo 20.º da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro.

Nesse sentido o Despacho n.º 8442-A/2012 (2.ª série), de 22 de junho, na sua atual redação, aprova o Regulamento de atribuição de bolsas de estudo a estudantes do ensino superior (adiante apenas RABEEES).

A atribuição de bolsa de estudo para a frequência de cursos técnicos superiores profissionais e de ciclos de estudos conducentes aos graus de licenciado ou de mestre, assim como para apoio à realização de estágio profissional de titulares do grau de licenciado ou de mestre abrangidos pelo disposto no artigo 46.º-B do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março, na sua atual redação, depende de requerimento apresentado nesse sentido, no qual o requerente deve indicar os rendimentos dos membros do seu agregado familiar, de forma a permitir a averiguação da condição socioeconómica do mesmo.

De forma a simplificar o procedimento administrativo de candidaturas à ação social escolar no ensino superior, designadamente diminuindo o número de documentos comprovativos solicitados aos candidatos a apoio de ação social escolar através da comunicação e interoperabilidade entre os serviços públicos, pretende a Direção-Geral do Ensino Superior proceder à recolha eletrónica dos dados necessários para averiguação da condição de elegibilidade do candidato, nomeadamente a partir dos serviços da segurança social.

Nestes termos:

1. Os elementos abaixo identificados tomam conhecimento de que foram indicados como pertencentes ao agregado familiar e prestam consentimento para que o Instituto de Informática, I.P. e o Instituto de Segurança Social, I.P., disponibilizem à Direção-Geral do Ensino Superior, para efeitos de avaliação da condição de elegibilidade do candidato à atribuição de bolsa de estudo, os seguintes dados pessoais:

- Valor agregado dos rendimentos a que o conjunto de NISS do agregado familiar teve direito, nos termos do previsto no artigo 34.º do RABEEES;
- Por cada NISS:
 - Validade do NISS;
 - Nome do beneficiário;
 - Data de nascimento do beneficiário;
 - País; Distrito; Concelho e Freguesia de naturalidade;
- Para o NISS do candidato:
 - Situação prestacional, do momento, perante a Segurança Social;
 - Situação contributiva, do momento, perante a Segurança Social;
 - Posicionamento no Escalão de Abono de Família.

Eu BEATRIZ VAZ NETO com o NISS 11913106083 tomei conhecimento e autorizo a utilização dos dados acima citados e para os fins descritos

Assinatura do representante legal:

Maria Luísa Peixoto de Oliveira Vaz

Eu Maria Luísa Peixoto de Oliveira Vaz com o NISS 11164869708 tomei conhecimento e autorizo a utilização dos dados acima citados e para os fins descritos

Assinatura

Maria Luísa Peixoto de Oliveira Vaz

Eu Vítor Hugo Ribeiro Neto com o NISS 11323812743 tomei conhecimento e autorizo a utilização dos dados acima citados e para os fins descritos

Assinatura

Vítor Hugo Ribeiro Neto

Eu Margarida Vaz Neto com o NISS 11913106091 tomei conhecimento e autorizo a utilização dos dados acima citados e para os fins descritos

Assinatura

Margarida Vaz Neto

Eu Madalena Vaz Neto com o NISS 12053974230 tomei conhecimento e autorizo a utilização dos dados acima citados e para os fins descritos

Assinatura do representante legal:

Maria Luísa Peixoto de Oliveira Vaz

2. Os elementos do agregado familiar abaixo identificados declaram não possuir Número de Identificação da Segurança Social.

3. Mais declaram conhecer que o prazo de conservação dos dados obtidos pela Direção-Geral do Ensino Superior é de cinco anos, após o que serão eliminados.

4. O candidato toma ainda conhecimento de que será prestada pela Direção-Geral do Ensino Superior à Segurança Social informação sobre a situação e data da sua matrícula no ensino superior, para efeitos de prova da situação escolar, nos termos previstos na Portaria n.º 191/2019, de 24 de junho.